



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO E A AVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

SUZANA CRISTINA ANDRADE MOURA

UNICID

suzy_cris@hotmail.com

CELIA MARIA HAAS

UNICID

celiamhaas@uol.com.br

RESUMO

Esta pesquisa analisa a evasão escolar em uma Instituição Pública de Educação Superior do Município de Guarulhos e busca compreender a relação entre a forma de ingresso dos alunos com a desistência, considerando que a reserva de vagas é uma política pública de acesso a esse grau de ensino e uma modalidade das ações afirmativas. Foi ainda, objetivo da pesquisa, verificar em qual das modalidades de ingresso ocorreu maior evasão escolar e questionar os alunos evadidos a fim de conhecer as razões que culminaram com a desistência do curso de graduação em uma Instituição Pública. Foram coletados os dados referentes ao período de 2009 e 2010, de dois cursos: uma licenciatura e um curso superior tecnológico. A Instituição de Educação Superior em estudo tem, como forma de ingresso, políticas de ação afirmativa e também de ampla concorrência. Buscou-se verificar junto aos alunos evadidos se relacionam a evasão ao fato de serem oriundo de uma Instituição Pública de nível médio. Como resultado, observamos que a evasão escolar não está relacionada com a forma de ingresso dos alunos na educação superior, bem como verificamos que, de modo geral, os alunos evadidos entendem que sua origem escolar não tem relação com a desistência.

Palavras-chave: INGRESSO, EVASÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR, AÇÃO AFIRMATIVA.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa se há relação com a forma de ingresso dos estudantes matriculados nos cursos de graduação de uma Instituição Pública de Educação Superior e a evasão escolar.

Busca-se verificar se os alunos oriundos de uma Instituição Pública de Educação que fizeram uso de política afirmativa de acesso desistem do curso em maior quantidade quando comparado a alunos que concorreram às vagas na graduação utilizando o critério de ampla concorrência, ou seja, aberto a todos os alunos independente da mantenedora da escola de origem do ensino médio, se administrada pelo poder público ou privado.

No período de pesquisa, utilizando informações de ingressantes dos anos de 2009 e 2010, nos cursos analisados, de um total de 320 ingressantes nos cursos de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Matemática 38 alunos concluíram os cursos, ou seja, em torno de 12% de alunos concluintes no tempo correto de integração que em ambos os cursos eram de 3 anos.

Com os dados coletados na Instituição *locus* da pesquisa buscou-se verificar então se a origem destes alunos influenciava no seu desligamento, a partir da hipótese citada por alguns docentes da Instituição de Educação que atribuía a má formação no ensino médio, devido ao fato de serem oriundos de Instituição Pública de Educação, a desistência destes estudantes.

Esta pesquisa busca verificar a veracidade dessa hipótese através de dados presentes na Secretaria da Instituição de Educação e verificando junto aos alunos evadidos quais as razões que eles entendem como motivadoras para o desligamento da Instituição de Educação.

Desde o início da oferta de vagas nos cursos de graduação da Unidade Escolar objeto da pesquisa a mesma utilizava alguma forma de política afirmativa de ingresso, com o acréscimo de pontos aos candidatos autodeclarados negros, pardos ou índios, para estudantes que cursaram o ensino fundamental e médio em escola pública e para alunos premiados com ouro, prata ou bronze na olimpíada brasileira de matemática.

Conforme o Ministro Joaquim Barbosa, as políticas afirmativas são:

[...] políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos perversos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. (STF, 2012)

Visam, portanto, inserir um maior número de alunos oriundos de escola pública de ensino e/ou afro descendente nos cursos técnicos. Esta política foi adotada em todos os Câmpus¹, pois se trata de uma política inclusiva da Unidade Escolar.

A ação afirmativa foi consolidada como política pública de acesso com a lei nº 12.711/2012, sancionada em 29/08/2012, pela presidente da República - Dilma Rousseff, que determina que 50% das vagas dos institutos federais de educação devem ser destinadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio na rede pública de ensino, sendo que deste percentual 50% devem ser destinados para estudantes com renda per capita familiar inferior a 1,5 (um e meio) salários mínimos, além disso, uma parte das vagas deve ser

¹ A partir de 04/05/2015, a Reitoria do IFSP adotou a Nota Lexicológica emitida pelo Ministério da Educação, passando a adotar a forma “aportuguesada” da palavra Campus, que passou a ser utilizada a palavra Câmpus (sem itálico e com acento circunflexo) nos documentos Institucionais, tanto para o singular quanto para o plural, quando se referi as unidades vinculadas a Reitoria. [file:///C:/Users/Suzana/Downloads/mai_com_06_nota%20lexicolgica%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Suzana/Downloads/mai_com_06_nota%20lexicolgica%20(1).pdf) – acesso em 07/07/2015 às 12h20

destinada a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, este percentual deve respeitar a proporção desta população conforme consta nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com esta alteração na forma de ingresso, surgiu então a necessidade de verificar se a evasão ocorrida no local objeto da pesquisa tem alguma relação com a forma de ingresso dos alunos, oriundos de políticas afirmativas ou de ampla concorrência, assim entendidos aqueles candidatos que no ato da matrícula não declararam que estudaram em escola pública e/ou afrodescendentes. Além disso, verificarei entre os alunos evadidos qual a motivação para sua desistência, buscando através destes dados contribuir com as discussões das políticas de acesso e permanência.

DESENVOLVIMENTO

Para realizar este projeto fez-se necessário um levantamento de informações acerca das políticas públicas de acesso e permanência existentes atualmente no país, para subsidiar os dados que serão encontrados no decorrer da pesquisa.

Com o intuito de verificar os trabalhos realizados sobre o assunto, foi realizada pesquisa no Banco de Teses da CAPES, para isso utilizei como palavras-chave as seguintes: evasão na educação superior e ação afirmativa na educação superior.

O resultado desta busca foi a localização de 79 teses/dissertações sobre o assunto – Evasão na educação superior, e 62 teses/dissertações sobre o assunto – Ação afirmativa educação superior, no entanto grande parte dos trabalhos sobre este assunto tem ênfase nas políticas de cotas raciais.

Dentre estes trabalhos foram selecionados 3 que abordam o assunto relacionando à cursos de tecnologias e licenciatura em matemática, bem como pesquisas que envolvessem universidades públicas ou institutos federais de ensino, entre os anos de 2008 e 2012, e 3 trabalhos que tratam das ações afirmativas de acesso.

A escolha do ano de 2008 deve-se ao fato de ser o ano de início da oferta dos cursos superiores no Instituto Federal de Educação, local objeto da pesquisa.

A pesquisa realizada por Stroisch(2012) verificou as ações internas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus São José, referente à permanência dos alunos ingressantes através do sistema de reserva de vagas nos anos de 2009 e 2010.

O trabalho de Santos (2012), faz um estudo de caso sobre a evasão discente no curso de Licenciatura em matemática numa Instituição pública de ensino superior do estado de Minas Gerais, no período de 2000 e 2009.

Outro trabalho relevante para esta pesquisa é o realizado por Macêdo (2012) que aborda a evasão estudantil nos cursos superiores de matemática, física e química da Universidade Federal Fluminense.

Referente à evasão num curso superior de Tecnologia um dos poucos trabalhos encontrados, no Banco de teses da CAPES é o da Scali (2009) que aborda a temática da evasão de alunos dos cursos de Tecnologia, partindo do pressuposto de que condições e contextos diferentes podem estar associados aos determinantes da evasão escolar.

Relacionado às ações afirmativas, grande parte dos trabalhos encontrados na CAPES tratam sobre a questão de cotas raciais. O trabalho de Santos (2011) aborda a questão da ação afirmativa, como o resultado da reivindicação de setores da sociedade, até então excluídos, por um maior acesso às vagas das universidades públicas.

Outro trabalho que aborda a questão de cotas, diretamente relacionado com as cotas raciais e sociais, e o de Norões (2011) analisa a implantação de ações afirmativas no ensino

superior público no período de 2001 a 2010 e conclui que houve maior aceitação popular das cotas sociais em detrimento das raciais.

Esta pesquisa iniciou com uma revisão de literatura que segundo Luna (2006, p. 85) “é uma peça importante no trabalho científico.” Utilizamos na realização desta pesquisa uma prévia revisão de literatura para aproximar o pesquisador dos dados, quais fatores são preponderantes para o problema de pesquisa e os procedimentos utilizados para analisá-los.

Através do levantamento prévio, e das diferentes formas utilizadas por pesquisadores distintos no desenvolvimento da pesquisa, foi possível desvelar o objetivo deste trabalho, a fim de traçar um caminho mais eficiente para obtenção das informações necessárias para realização das discussões.

Será utilizado uma abordagem qualitativa que parte da ideia de que há uma relação entre o sujeito e o objeto, uma ligação, segundo CHIZZOTTI “[...] entre o mundo objetivo e a subjetividade do homem [...]” (2010, pág. 79). Por esta razão a presente pesquisa não irá ater-se apenas à dados numéricos, pois a informação estatística sem interligação com o sujeito da pesquisa, assim entendidos, os alunos evadidos, não será possível compreender os diferentes aspectos que envolvem o problema de pesquisa em questão.

Foi elaborado um questionário com questões fechadas e abertas, as questões fechadas são mais utilizadas por facilitar a tabulação de dados Gil (2012, pág. 123), enquanto que nas questões abertas, onde conforme afirma Gil “[...] solicita-se aos respondentes que ofereçam suas próprias respostas” (2012, pág. 122), sendo possível uma visualização mais ampla da concepção do sujeito sobre o objeto de pesquisa.

EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A alta evasão escolar nos cursos superiores é uma realidade presente em todos os Estados do país, em Instituições de ensino públicos e privados, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), divulga regularmente informações e dados sobre ingressos e concluintes por modalidade de ensino, público ou privado.

O último resumo técnico divulgado pelo INEP em Abril de 2013, referente ao ano de 2011, aponta o percentual de concluintes nos cursos de Licenciatura de 23,4 e nos cursos de Tecnologia de 16,8, no ano de 2011 (INEP, 2013, p. 56), sendo que quando é feita a separação de concluintes por área de concentração, na área de Ciências, Matemática e Computação (INEP, 2013, p. 45), que abrange os dois cursos que serão objetos de análise desta pesquisa – Licenciatura em matemática e Tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas, verificamos o percentual de 5,5, o quarto menor índices dentre as 8 áreas de conhecimento presentes na análise.

O Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), aprovado em 25 de junho de 2014 através da lei n. 13.005 aponta em seu item 12.3: “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%...” (BRASIL, 2014).

Esta meta foi estendida, pelo Tribunal de Contas da União, para os Institutos Federais de Ensino, tendo em vista que é uma Instituição que ministra cursos superiores similares. Esta informação está presente no relatório de auditoria com ênfase na atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que traz como justificativa para sua realização o “[...] fato de a Educação Profissional ser estratégica para que os cidadãos tenham efetivo acesso às oportunidades de empregos qualificados e às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade” (TCU, 2013 p. 2).

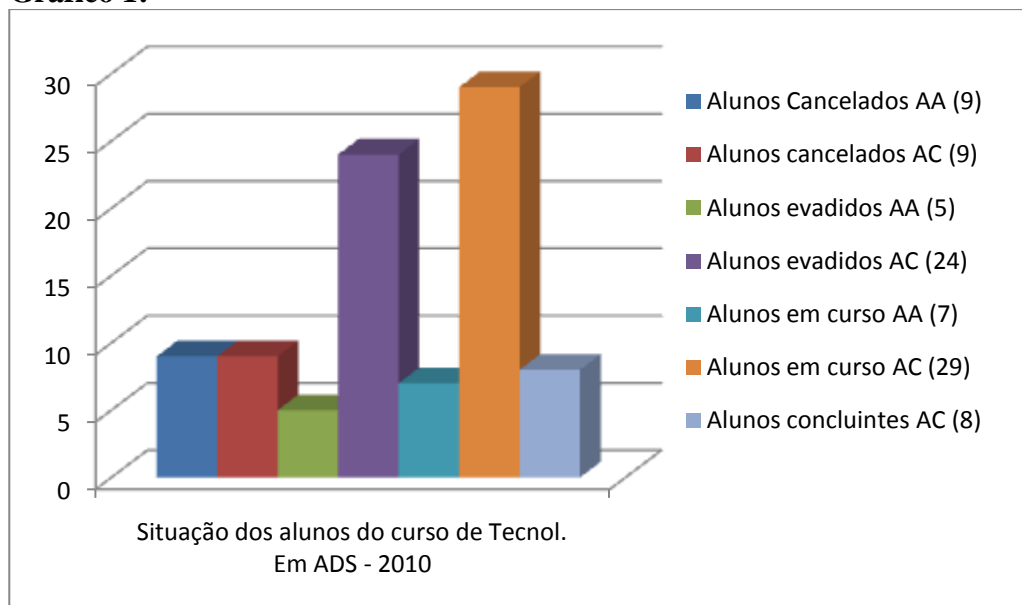
Constam neste documento informações referentes à evasão escolar com dados originados do SISTEC² com ciclos de matrículas encerrados até 2011, e dados do Censo de Educação Superior do ano de 2009. As informações constantes deste relatório originados do SISTEC fornecem os seguintes dados de concluintes: 25,4% para cursos de Licenciatura e 42,7% para os cursos de Tecnologia, números muito distantes dos encontrados no *Campus Guarulhos*.

Considerando a meta apontada pelo MEC e ratificada pelo TCU, temos um longo caminho a percorrer para alcançá-la, e para isso pesquisas sobre a evasão escolar e suas razões além da verificação da efetividade das políticas de permanência são indispensáveis, tanto quanto a análise da origem dos candidatos, pois o foco de ação não pode ser o mesmo para realidade socioeconômicas e culturais diferentes.

DADOS DA PESQUISA

Verificamos informações sobre o total de alunos ingressantes por política afirmativa de acesso, através do sistema de reserva de vagas para alunos oriundos de Escola Pública de ensino médio a partir do ano de 2010, onde verificamos a seguinte situação no 2º semestre de 2013 para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de sistemas:

Gráfico 1:



Dados: Secretaria Instituição de Educação
Elaborado pela autora

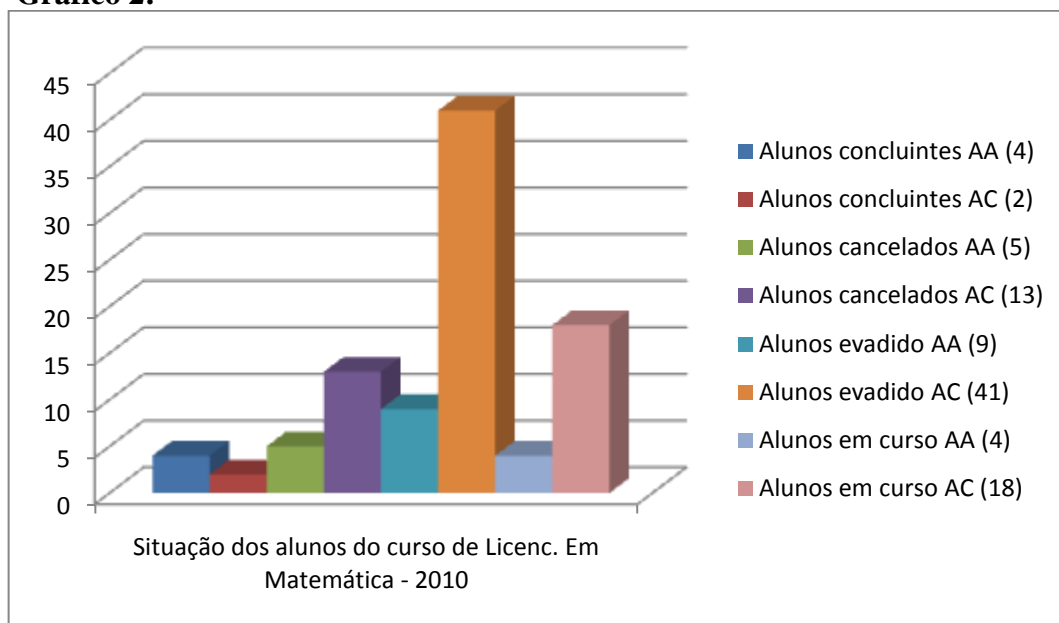
De um total de 90 (noventa e um) alunos ingressantes em 2010 no curso de Tecnologia em Análise e desenvolvimento de sistemas, 21 ingressaram através da política de ação afirmativa (AA) e 69 ingressaram através da modalidade de ampla concorrência (AC).

Podemos verificar que no período não houve nenhum aluno concluinte no período ingressante através da política afirmativa de acesso para o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de sistemas, apesar de 23,33% das vagas terem sido ocupadas através do sistema de reserva de vagas.

No curso de Licenciatura em matemática, temos a seguinte situação:

² Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Gráfico 2:



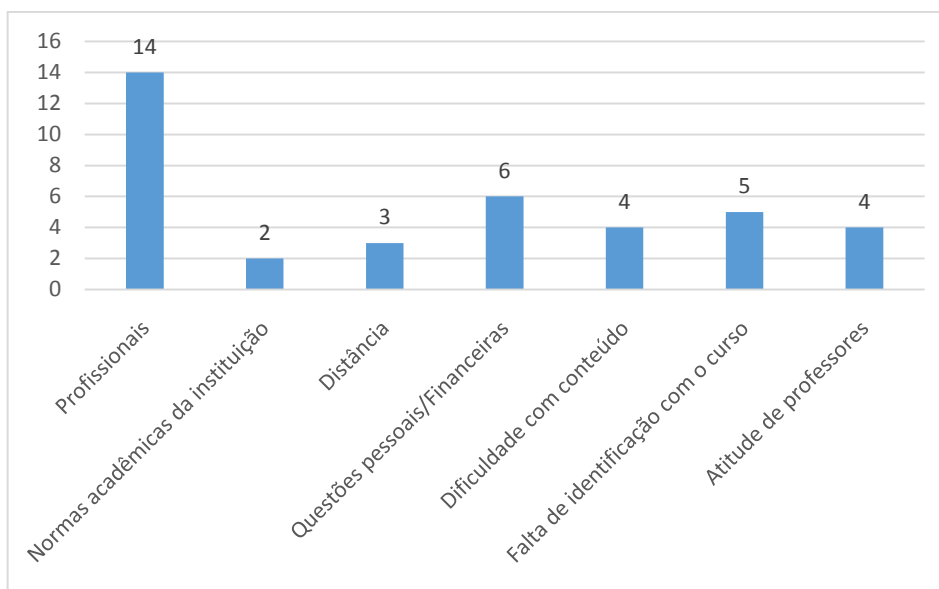
Dados: Secretaria Instituição de Educação
Elaborado pela autora

No gráfico 2 é possível verificar que apesar de 22 alunos serem ingressantes por política afirmativa de acesso (AA), e 74 alunos ingressarem pela modalidade de ampla concorrência (AC), ou seja, 22,91% do total de alunos, a maioria dos concluintes – 4 alunos num total de 6 (seis), são alunos oriundos da política afirmativa de acesso.

Temos, portanto, no ano de 2010, em relação aos alunos ingressantes através de política pública de acesso uma maior eficiência no que tange a conclusão do curso superior.

Sobre a motivação para a desistência as respostas que os alunos evadidos informaram são as que constam no gráfico 3.

Gráfico 3:



Dados: Questionário enviado aos alunos
Elaborado pela autora

A maioria dos alunos que responderam ao questionário (36,8%) apontou o trabalho como principal razão para desistência do curso de graduação, por motivos, tais como: distância, incompatibilidade de horário.

Três apontaram para a dificuldade em conciliar o trabalho em período integral com um curso que só disponibilizava vagas no período da manhã, no caso o curso de Licenciatura em matemática.

Responderam também que houve mudança no horário e local de trabalho, falta de tempo para estudar devido ao trabalho extenuante, estas são as razões apontadas em relação ao trabalho.

Problemas financeiros e pessoais também foram apontados como razões para solicitação do cancelamento da matrícula, 15,8% das respostas obtidas tiveram este perfil, foram relatados problemas como: traição de cônjuge, morte na família, falta de apoio familiar.

Outra motivação apontada foi a falta de identidade dos cursos, cinco dos alunos que responderam ao questionário, ou seja, 13,2% afirmaram que se enganaram na escolha do curso, não era o que esperavam, não se identificaram.

Quatro alunos apontaram (10,5%) dificuldade em acompanhar o conteúdo e a mesma quantidade afirmou que o desrespeito dos docentes foi a principal razão para sua desistência.

A falta de conhecimento no conteúdo da educação básica, as dificuldades encontradas devido a esta má formação, influenciaram na decisão.

O mau tratamento dado pelos docentes também foi fator decisivo, os alunos relatam casos em que os professores os diminuam em sala de aula, principalmente aos mais velhos que apresentavam dificuldade em acompanhar o conteúdo ministrado.

Em relação aos docentes, falaram da dificuldade encontrada na compreensão dos professores com atrasos impedindo a entrada de alunos caso chegassem após o início das aulas. Apontam ainda assédio moral por parte dos docentes, com ofensas.

A distância foi outro fator que motivou a desistência de parte dos alunos evadidos que responderam o questionário, 7,9% deles apontaram que a distância da escola em relação ao local de trabalho acabou dificultando o acompanhamento.

E por fim dois alunos apontaram a rigidez nas normas acadêmicas como desencadeadores da desistência. Os dois informaram que não foi aceita a rematrícula fora do prazo.

CONCLUSÃO

É possível verificar com base nos dados presentes nessa pesquisa que a mantenedora da escola de ensino médio não tem relação com a evasão escolar dos alunos na graduação em uma Instituição Pública de Ensino.

Esta afirmação é verificada tanto através de modo quantitativo utilizando dados presentes na secretaria da Instituição de Educação, quanto com a percepção do próprio aluno desistente que ao responder ao questionário encaminhado credita, em sua maioria, a outros fatores para a sua desistência do curso de graduação público e gratuito.

Com os dados da Secretaria verificamos ainda uma maior conclusão entre os alunos oriundos do Ensino Médio Público no curso de Licenciatura em Matemática, porém no curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas não houve conclusão na modalidade de acesso por política afirmativa.

Ao questionar aos alunos evadidos a razão apontada para a desistência tem relação com dificuldades em conciliar o trabalho e o estudo o que acaba fazendo o estudante optar pelo trabalho e desistir do curso superior.

Um desafio posto então para a Universidade é a conciliação entre estudo e trabalho ou um subsídio para o estudante para que o mesmo possa ter condições de estudar sem que isso prejudique sua subsistência.

Esta pesquisa não se encerra em si, ela é uma discussão sobre uma situação localizada sobre uma questão abrangente. Para que a educação superior consiga atuar com uma ampliação de acesso e conclusão de um maior número de estudantes oriundos do Ensino Médio público faz-se necessária discussão e pesquisa sobre o perfil deste aluno que está ingressando na educação superior e buscando saber a razão da desistência trabalhar a causa para que esse fato ocorra cada vez em menor quantidade e tenhamos um maior número de alunos concluintes independente da sua origem escolar ou situação econômica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal - **Declaração do Ministro Joaquim Barbosa em 26/04/2012**. <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206023>> Acessado em 01/08/2013.
- BRASIL. **Lei nº 12711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711>. Acessado em 20/07/2013.
- BRASIL. **Relatório de auditoria do Tribunal de contas da união**: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/detalhes_noticias?noticia=4634409> Acessado em 01/08/2013
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**, in O MUNDO JURIDICO, Julho/2002. Disponível em: <www.mundojuridico.adv.br/cgi-bin/upload/texto028.doc> Acessado em 01/08/2013.
- HILL, Manuela Magalhães, HILL, Andrew. **Investigação por questionário**. 2ª ed. Lisboa – Portugal: Silabo, 2009.
- INEP. **Resumo técnico do censo da educação superior 2011**, disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>.
<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf> Acessado em 21/05/2013.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa – Uma introdução**. 12ª ed. São Paulo: Educ, 1996.

- MACÊDO, Claudia. **Evasão estudantil nos cursos de matemática, química e física da Universidade Federal Fluminense: Uma silenciosa problemática**. 01/07/2012. 146p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- NORÕES, Kátia Cristina. **“Cotas raciais ou sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação de ações afirmativas no ensino superior público – 2001 a 2010”**. 01/12/2011. 220p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.
- PIOVESAN, Flávia. **Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos**. Ministério da Educação. Brasília, 2005.
- POZZEBON, Roberto. **O Princípio jurídico da igualdade e as ações afirmativas no acesso ao ensino público de nível superior: método utilizado pela Universidade Federal da fronteira Sul Campus de Cerro Largo/RS**. 01/10/2010. 128p. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Rio Grande do Sul. 2010.
- SANTOS, Adilson Pereira dos. **Políticas de Ação Afirmativa: novo ingrediente na luta pela democratização do ensino superior. A experiência da Universidade Federal de Ouro Preto**. 01/08/2011. 267p. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.
- SANTOS, Francely Aparecida dos. **Evasão discente no Ensino Superior: estudo de caso de um curso de Licenciatura em Matemática**. 01/08/2012. 247p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba. 2012.
- SILVA, Luiz Fernando Martins. **Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para os afrobrasileiros**. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/cinco/L_fernando_2.htm> Acessado em: 20/05/2013.
- STROISCH, Adriane. **A permanência e o êxito dos alunos cotistas dos cursos superiores do campus São José do Instituto Federal de Santa Catarina**. 01/06/2012. 208p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.
- YAZBEK, Maria Carmelita – **Políticas sociais inclusivas: desafios e possibilidades**. In KOGA, Dirce; GAMEV, Eliane; FAVERO, Eunice. (Org) *Cidades e questões sociais*.